

## **10. CONCLUSÃO**

Este Estudo de Impacto Ambiental – EIA foi elaborado de acordo com o Parecer Técnico 107/15/IE, de 18/02/15, que estabeleceu o Termo de Referência para os estudos aqui contidos. Acompanha este EIA, de acordo com os dispositivos legais vigentes, o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA que apresenta em linguagem de fácil compreensão e de maneira sintética as principais avaliações e conclusões constantes deste EIA. Apresenta-se ainda em encarte separado (Resolução SMA nº 85/2012), as informações solicitadas pela Fundação Florestal, em atendimento à Informação Técnica APA CCJ nº 01/2015, sobre as intervenções do empreendimento sobre a Unidade de Conservação – APA de Jundiáí.

O EIA identifica e analisa os impactos ambientais a serem gerados nas fases de planejamento, implantação e de operação do **Empreendimento Urbanístico Campo Verde**, a ser implantado no município de Jarinu, pela empresa **Lote 5 Desenvolvimento Urbano S.A.**

Os estudos conduzidos envolveram primeiramente a correta compreensão das *características do empreendimento* planejado, em termos das atividades previstas para as fases mencionadas e seus possíveis efeitos no meio ambiente local.

Na seqüência foram identificadas e analisadas as *leis e demais diplomas legais* que são incidentes (direta ou indiretamente) no empreendimento objeto deste EIA, em todos os níveis governamentais, de maneira a assegurar a completa compatibilidade da ocupação urbana pretendida, notadamente com relação aos dispositivos que regulamentam o uso e ocupação do solo de Jarinu (Plano Diretor Municipal) e a proteção ambiental, neste caso representada pela inserção do empreendimento na APA – Área de Proteção Ambiental de Jundiáí, cujo zoneamento vigente assegura a implantação pretendida.

Complementando as avaliações mencionadas, procedeu-se à elaboração do diagnóstico ambiental das áreas de influência do empreendimento, para cada um dos meios estudados, com destaque para a Área Diretamente Afetada – correspondente a gleba a ser ocupada pelo empreendimento – e ao seu entorno imediato.

Desta maneira, para cada um dos meios analisados, foram identificados os principais *atributos ambientais* presentes, com destaque, para o *meio biótico*, para aspectos relacionados à presença de remanescentes de vegetação de porte e da fauna associada.

Para o *meio físico* foram analisados aspectos relevantes e associados a empreendimentos dessa natureza, como as condições geológicas locais, a susceptibilidade a processos erosivos, e principalmente a disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, aspecto relevante na proteção ambiental pretendida pela APA Jundiáí.

O diagnóstico do *meio socioeconômico* buscou, entre outros aspectos, a caracterização das condições de uso e ocupação no entorno da gleba a ser ocupada, bem como as atuais condições do sistema viário de acesso ao local do empreendimento.

A *avaliação dos impactos ambientais*; apresentada no capítulo 6 deste EIA foi assim conduzida para as fases de: planejamento, de implantação e de operação do empreendimento considerando os aspectos mencionados anteriormente.

Na fase de planejamento do empreendimento, a expectativa da população é o principal impacto identificado, para o qual já vem sendo desenvolvidas ações de comunicação social com um programa de visitação da Fazenda Campo Verde, onde o empreendimento será implantado.

Na fase de implantação, os impactos são aqueles característicos decorrentes de obras civis, tais como geração de ruídos, emissão de poeiras, indução de processos erosivos, de assoreamento e de escorregamento, geração de resíduos sólidos e efluentes. Destacam-se as alterações no escoamento superficial, a perda da cobertura vegetal e consequente afugentamento da fauna, impactos relacionados aos serviços de terraplanagem, intervenção no sistema viário e supressão da vegetação. Pelas características da área onde se pretende implantar o empreendimento e a relevância dos remanescentes de Mata Atlântica, a concepção do projeto incorporou a diretriz de mínima intervenção na cobertura vegetal nativa (2,6 ha de vegetação em estágios médio e avançado), privilegiando a ocupação de áreas de agricultura e pastagem, garantindo-se a obediência à legislação ambiental vigente; a preservação de remanescentes florestais em estágios avançados de conservação e a conservação das áreas enquadradas como de Preservação Permanente promovendo-se por extensão a proteção da fauna associada. Positivamente, pode-se destacar a geração de empregos, ainda que em pequena proporção, e a elevação das receitas municipais que deve ocorrer já na fase de obras.

Com relação à perda da cobertura vegetal, e os impactos decorrentes dela – perda de habitats para fauna, afugentamento e aumento do risco de atropelamento da fauna, estes classificados como de média significância – cabe destacar que a concepção do projeto urbanístico buscou preservar ao máximo os fragmentos de vegetação existentes, reduzindo à supressão de vegetação em estágios médio e avançado a apenas 2,6 ha (menos de 1% da área total da propriedade). Ademais, foram propostos diversos programas que visam a compensação destes impactos, como o Programa de Compensação Florestal e Incremento da Conectividade, Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna e Programa de Conservação de Primatas. Para controlar a atividade de supressão propriamente dita, e o necessário afastamento da fauna, é apresentado o Programa de Acompanhamento da Supressão Vegetal. Finalmente, no Programa de Educação Ambiental são abordadas questões relativas à conservação ambiental, visando à proteção dos remanescentes de vegetação e da fauna. Há ainda que destacar o Programa de Conservação da Reserva Legal, que incorpora medidas compensatórias à supressão de vegetação e à perda de habitats para a fauna.

Já na fase de operação do empreendimento, os principais impactos referem-se à alteração na disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos, à consolidação do uso do solo urbano e os impactos sobre a APA Jundiá, à geração de empregos e ao aumento da arrecadação municipal. O abastecimento do empreendimento será feito por meio de poços profundos, sendo complementados no futuro por captação superficial no córrego do Tanque que corta a área do empreendimento. O tratamento dos esgotos gerados no empreendimento será

realizado em uma ETE com sistema MBR, que garantirá o lançamento dos efluentes tratados em qualidade equivalente à Classe 1, no córrego do Tanque, incrementando assim a disponibilidade hídrica superficial da bacia. Some-se a isto a concepção do empreendimento, que garante uma elevada permeabilidade da área, permitindo a infiltração das vazões pluviométricas no solo.

Assim, as soluções propostas para o abastecimento de água, tratamento de esgotos, conservação de áreas permeáveis e drenagem, garantem a conservação dos recursos hídricos, em consonância com o zoneamento da APA Jundiaí, que define a área onde se insere o empreendimento como Zona de Conservação Hídrica. Considerando ainda os elementos definidos na concepção urbanística do projeto tem-se a consolidação de um cenário de ocupação urbana compatível com os objetivos da APA, sendo um elemento de reforço à consolidação da unidade de conservação, nesta Zona de Conservação Hídrica.

Positivamente, a fase de operação do empreendimento irá gerar empregos de caráter permanente, relacionados aos serviços de apoio à portaria, clube, segurança e manutenção, bem como nas unidades residenciais e do empreendimento. Espera-se que essas vagas de empregos sejam ocupadas por trabalhadores da região, principalmente de Jarinu, constituindo-se como um impacto positivo sobre a renda e sobre a economia da comunidade local. Além disto, haverá no horizonte de pelo menos 20 anos uma grande demanda por trabalhadores da construção civil, para a construção das residências e demais edificações comerciais e de uso misto previstas.

Finalmente, espera-se uma elevação das receitas municipais, devendo ocorrer desde a fase de implantação, perdurando pela fase de operação, quando o efeito se amplia com a construção das edificações residenciais, comerciais e de uso misto, além das atividades econômicas que se estabelecerão no empreendimento.

Em função desta avaliação, foram propostas medidas mitigadoras e compensatórias, reunidas na forma de programas ambientais, tendo por objetivo assegurar que a implantação e a operação do novo empreendimento não apenas não agravem as condições ambientais, mas, sobretudo contribua para a melhoria ambiental local e regional.

Além dos programas tradicionalmente adotados para empreendimentos dessa natureza, como o Programa de Controle e Monitoramento Ambiental das Obras que visa implementar medidas para minimizar os efeitos negativos nos meios estudados e monitorar a qualidade ambiental da região; foram propostos ainda programas importantes, como: Programa de Conservação da Reserva Legal, Gestão dos Recursos Hídricos, Monitoramento e Conservação da Fauna, Conservação de Primatas, Compensação Florestal e Incremento da Conectividade, Controle do Tráfego, Compensação Ambiental, entre outros.

Cabe por fim concluir que os estudos conduzidos no âmbito do presente Estudo de Impacto Ambiental, permitem assegurar a viabilidade ambiental do **Empreendimento Urbanístico Campo Verde**, considerando as características e atributos ambientais de suas áreas de influência; a tipologia de ocupação urbana pretendida e principalmente os impactos ambientais esperados para cada meio estudado associada à implantação dos Programas Ambientais definidos.